

FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Estarreja 2019 - 2023

Entidade Promotora



Câmara Municipal de Estarreja

Praça Francisco Barbosa, 3864-001 Estarreja

www.cm-estarreja.pt

Documento elaborado por



Logframe, Consultoria e Formação, Lda

Rua Almeida e Sousa, 23 6º B, 1350-006 Lisboa

www.logframe.pt

Colaboração



Rede Social de Estarreja

Núcleo Executivo do CLAS de Estarreja

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

24 de Outubro de 2019

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Estarreja

ÍNDICE

Glossário de conceitos.....	5
Nota Introdutória	8
1. Síntese Diagnóstica.....	10
1.1 Habitação.....	10
1.2 Saúde.....	13
1.3 Educação, Formação e Qualificação Profissional.....	15
1.4 Ação Social, Família e Comunidade.....	18
1.5 Pessoas Idosas.....	20
1.6 População com deficiência e/ ou incapacidade	22
2. Rede Social de Estarreja	24
3. Processo metodológico de construção do PDS	27
4. Eixos Estratégicos 2019-2023	28
4.1 Eixo 1 – Rede Social.....	28
4.2 Eixo 2 – Saúde.....	29
4.3 Eixo 3 – Habitação	30
4.4 Eixo 4 – Educação, formação e qualificação profissional	30
4.5 Eixo 5 – Ação Social, Família e Comunidade (em construção).....	31
4.6 Eixo 6 – Intervenção em grupos de maior vulnerabilidade (em construção)	32
Matrizes resumo de planeamento	34
5. Recomendações.....	44
6. Referências bibliográficas e sites consultados.....	46

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

Ator – Qualquer pessoa, grupo ou organização cujas ações influenciem, direta ou indiretamente, o projeto. Por vezes também se designa por “interveniente” ou “agente”.

Avaliação – É o processo que permite refletir sobre uma dinâmica de planeamento, um programa, uma intervenção, a partir do estabelecimento de um conjunto de critérios de sucesso, de indicadores e da definição de formas de verificação. Tais critérios devem ser fixados no momento da definição do plano de intervenção e incidir não só sobre os seus resultados e eventualmente sobre os seus impactos, mas sobre todo o percurso que vai desde a conceção (objetivos) até ao dispositivo de operacionalização, gestão e afetação de recursos.

Critérios – Parâmetros de avaliação que definem padrões de sucesso por relação aos quais se orienta a reflexão avaliativa sobre todo o processo de planeamento e intervenção. Os critérios são estabelecidos em função de cada uma das fases de planeamento (diagnóstico, linhas orientadoras, plano de ação, gestão e realização) e decorrem das próprias exigências do planeamento estratégico, independentemente dos seus conteúdos específicos.

Desenvolvimento Local – Noção de desenvolvimento que se veio propor como alternativa a perspectivas funcionalistas do desenvolvimento territorial, segundo as quais, o investimento em determinadas zonas-motor seria gerador do desenvolvimento noutras regiões do país, por alastramento. Este pressuposto não só não se confirmou como em Portugal deu origem a fortes desequilíbrios territoriais. Em contraposição, o desenvolvimento local passa pela valorização dos recursos endógenos e pela dinamização das populações e dos atores locais, no sentido da abertura do campo de oportunidades que é oferecido a uma determinada população. É uma dinâmica essencialmente territorializada, mas que não é fechada em si, integrando os recursos e as oportunidades que são oferecidas ao nível nacional e comunitário.

Indicadores – São elementos observáveis e objetivos a partir dos quais se pode recolher informação para efeitos de verificação empírica. Dados, qualitativos ou quantitativos, que fornecem informações sobre contextos, organizações, grupos, pessoas, dinâmicas ou atividades. Por exemplo, para a avaliação sobre a integração profissional dos beneficiários de um projeto, poderiam deferir-se como indicadores: o número de pessoas integradas no mercado de emprego, o tipo de contratos, entre outros. Quando um indicador resulta da síntese ou da agregação de vários indicadores singulares, designa-se por “índice”.

Monitorização – É o procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção por forma a identificar eventuais desvios face ao previsto, através da utilização de um sistema de registo. Este controlo incide geralmente no cumprimento do calendário, na realização das ações definidas e na utilização dos recursos previstos. Por vezes, pode dizer respeito ao acompanhamento dos impactos de determinadas intervenções ou medidas.

Necessidade – Aquilo que um grupo-alvo necessita de acordo com as suas próprias perspetivas ou segundo uma apreciação dos seus interesses feita por terceiros.

Parceria – Acordo de colaboração entre duas ou mais organizações de modo a articular as suas intervenções. Envolve, dependendo da sua profundidade, a partilha de informação, recursos humanos, materiais e financeiros. As parcerias podem ser mais ou menos formais.

Planeamento estratégico – O planeamento, aplicado à intervenção social, pode entender-se como um procedimento racional, que traduz a articulação e integração de decisões e através do qual se formalizam compromissos e estratégias de mudança (social e territorial). Traduz uma forma participada de pensar, agir e decidir sobre o futuro desejável.

Plano de Ação – É a componente do Plano de Desenvolvimento Social que define as ações e projetos a desenvolver para concretizar os objetivos e estratégias de longo prazo delineadas pelo PDS. É elaborado anualmente e permite definir com mais

detalhe, calendários, recursos humanos e materiais a afetar, permitindo tomar mais claro o tipo de participação de cada um dos parceiros.

Recursos – Meios (humanos, materiais ou financeiros) disponíveis e mobilizáveis para a concretização de determinadas atividades, determinados objetivos ou objetivos gerais.

Stakeholder – Qualquer grupo ou indivíduo que é, direta ou indiretamente, afetado pelo projeto ou pelos resultados de uma dada intervenção. Qualquer agente que possui um interesse no projeto: o grupo-alvo, a comunidade local, os beneficiários indiretos, os gestores de projeto, as organizações financiadoras, entre outros. Por vezes, é também designado por “interessado” ou “detentor de interesses”.

Workshop – Evento, sob a forma de sessão ou reunião de trabalho, em que um grupo de pessoas se reúne com o propósito, por exemplo, de analisar um assunto, debater um tema ou elaborar um documento. Tradicionalmente, o termo workshop é utilizado quando se recorre a métodos e técnicas participativas ou ativas e o número de pessoas envolvidas no evento é relativamente reduzido.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Estarreja é, à semelhança do Diagnóstico Social, um dos produtos elaborados no âmbito do Programa Rede Social.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, encontra-se previsto que através do Programa Rede Social se “*fomente a solidariedade social, se optimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis*”, preferencialmente “*sem a criação de novos organismos nem aumento, significativo, de despesas*”.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) vem assim contribuir para o incremento do número de projetos locais, o que apenas é possível mediante a congregação e gestão eficiente dos próprios recursos e capacidades das organizações que intervêm no concelho. Os projetos locais constituem-se como uma resposta que irá, potencialmente, contribuir para a resolução dos problemas sociais, identificados previamente no Diagnóstico Social, permitindo o enquadramento de todas as intervenções a serem implementadas no âmbito do desenvolvimento social.

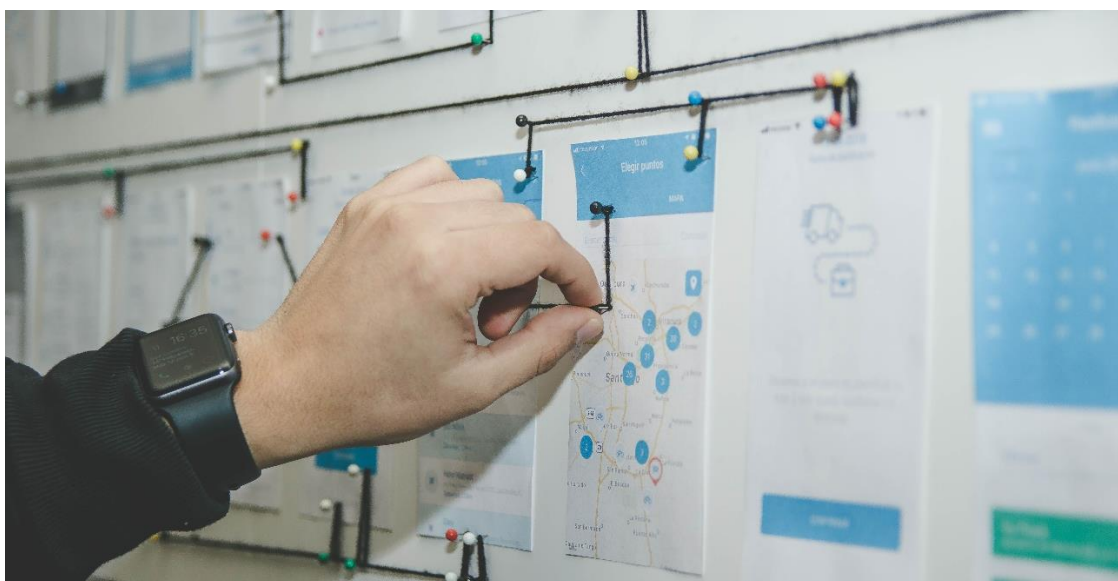
O Plano para além de ser a materialização de uma definição conjunta de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, é, ele próprio, um instrumento de planeamento, onde se encontram definidas as etapas e as estratégias a desenvolver em resposta às necessidades identificadas pelos atores locais e onde se encontram previstos processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

A definição do quadro estratégico do concelho de Estarreja para 2019-2023, no âmbito do desenvolvimento e intervenção social, irá permitir:

- Orientar os processos de desenvolvimento social local, conferindo-lhes uma racionalidade estratégica;
- Reforçar a articulação entre políticas locais e políticas nacionais, com ganhos de eficácia e eficiência na aplicação de ambas;

- Dar continuidade e incrementar a relação de parcerias e sinergias entre atores locais, com vista à promoção de processos de intervenção social local mais consequentes e impactantes;
- Dotar o território e os seus atores de um instrumento de planeamento útil que permita enquadrar e justificar novos projetos e candidaturas a fontes de financiamento externas.

O presente documento encontra-se organizado em 5 capítulos. O primeiro capítulo aborda, de uma forma resumida, os problemas e necessidades identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social. O segundo capítulo permite uma caracterização sumária da Rede Social e das respostas existentes no concelho. O terceiro capítulo centra-se no processo metodológico realizado para a construção do PDS. O quarto capítulo explora os eixos estratégicos com as suas respetivas medidas e, por último, o quinto capítulo é reservado para recomendações futuras.

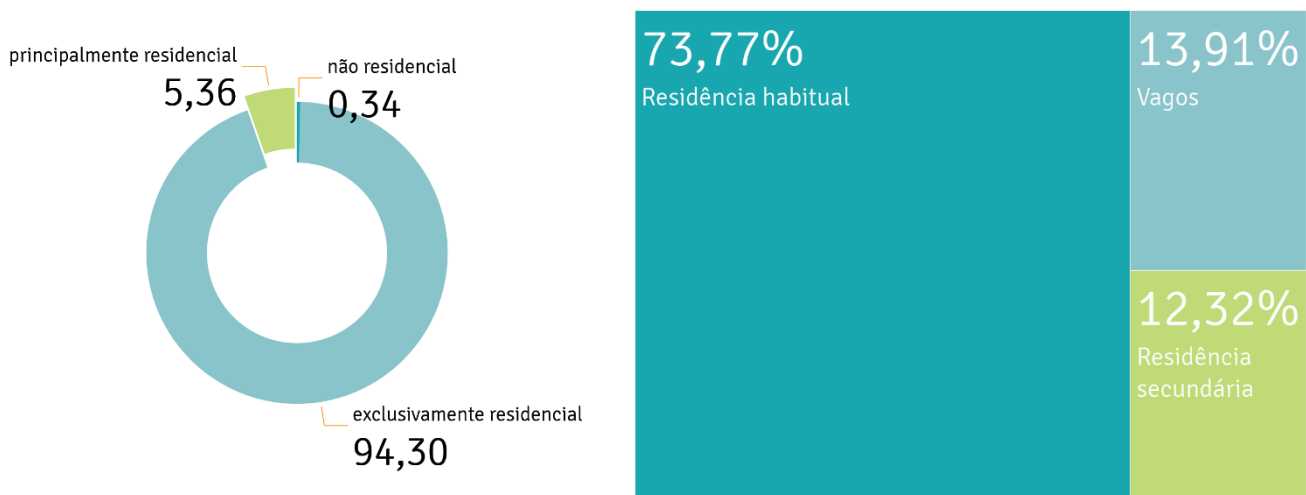


1. SÍNTESE DIAGNÓSTICA

A atualização do Diagnóstico Social do concelho de Estarreja, que decorreu entre Janeiro e Maio de 2019¹, permitiu uma maior e melhor compreensão da realidade social do território, com a identificação de necessidades, problemas prioritários e suas causalidades, mas também permitiu identificar recursos e potencialidades locais, que se constituem como oportunidades de desenvolvimento. Para uma melhor compreensão do Plano de Desenvolvimento Social, apresenta-se seguidamente uma breve síntese² do Diagnóstico Social com uma abordagem por área de intervenção social, onde consta uma breve contextualização e se destacam os principais problemas identificados e indicadores associados.

1.1 HABITAÇÃO

Os edifícios de habitação no concelho de Estarreja caracterizam-se por serem maioritariamente para uso residencial e habitual (INE, Censos 2011).

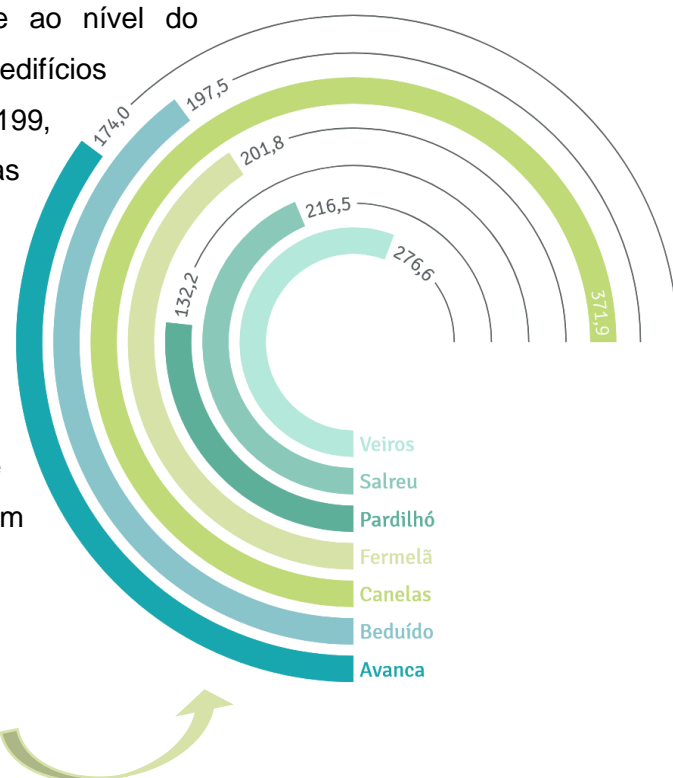


¹ Aprovação do Diagnóstico Social em sessão plenária do CLAS a 16 de Maio de 2019

² Para um maior aprofundamento das áreas deverá consultar o documento "Diagnóstico Social"

Os dados revelam uma grande fragilidade ao nível do edificado, com elevada percentagem de edifícios antigos (Índice de envelhecimento de 199, aproximadamente), principalmente nas freguesias de Canelas, Veiros e Salreu.

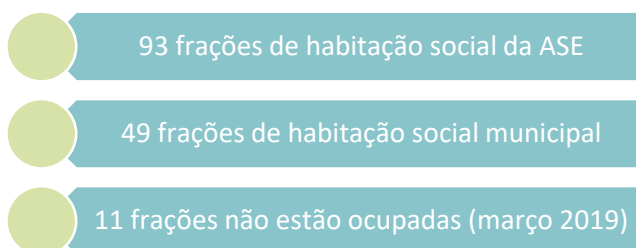
Também se destaca a elevada proporção de edifícios que necessitam de obras de reparação (29,1%, em 2011) e que apresentam elevada degradação (2,2%, em 2011).



Índice de envelhecimento dos edifícios, por freguesia (INE, Censos 2011)

O concelho mantém ainda algumas zonas de habitação ilegal e de barracas, algumas das quais associadas à comunidade cigana (no ano de 2014, 59 em 64 agregados residentes no concelho, viviam sem condições de saneamento básico, fornecimento de água potável ou eletricidade).

Salienta-se que, no que se refere à habitação social, Estarreja é o quarto município da Região de Aveiro com menor número de edifícios de habitação social, sendo que a maioria se encontra arrendada.

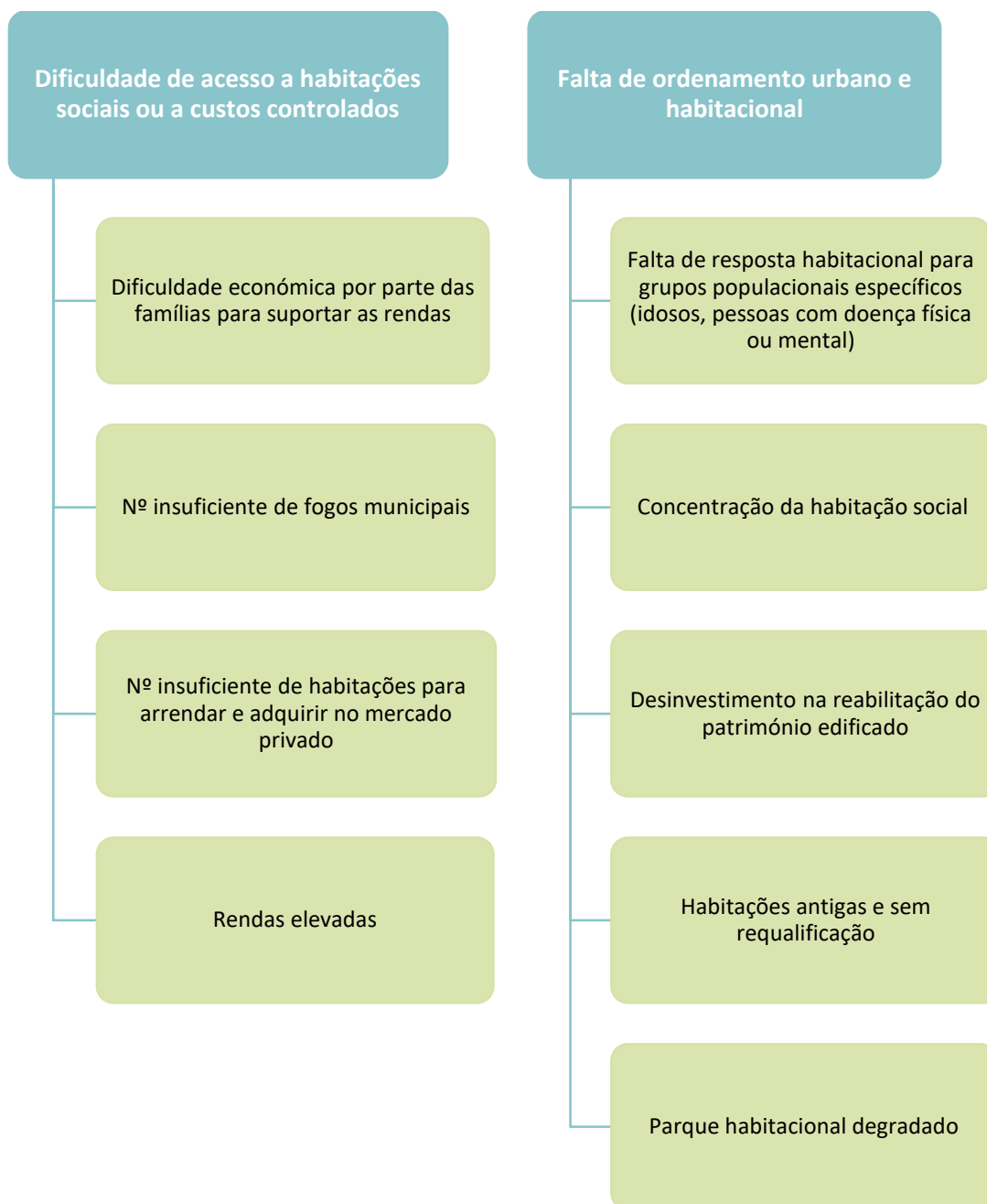


O aumento do valor das rendas que se tem vindo a sentir por todo o território nacional, afetou também o concelho de Estarreja, o que aliado à pouca oferta de habitação para arrendar e adquirir a custos controlados tem contribuído para a saída de população do território.

3,12€/ m²

(valor mediano das rendas em 2017)

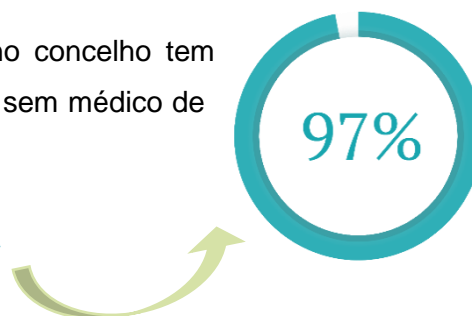
Problemas e necessidades identificadas no âmbito da área “Habitação” e respetivos indicadores associados:



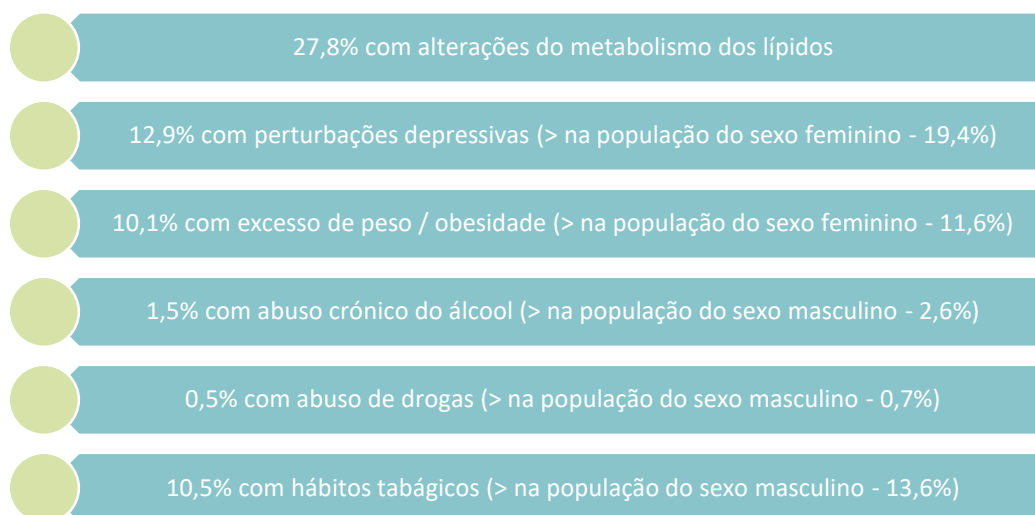
1.2 SAÚDE

A grande maioria da população residente no concelho tem médico de família atribuído. Dos 789 utentes sem médico de família, 32 utentes não o têm por opção.

% de utentes com médico de família
(SNS – BI-CSP, abril de 2019)



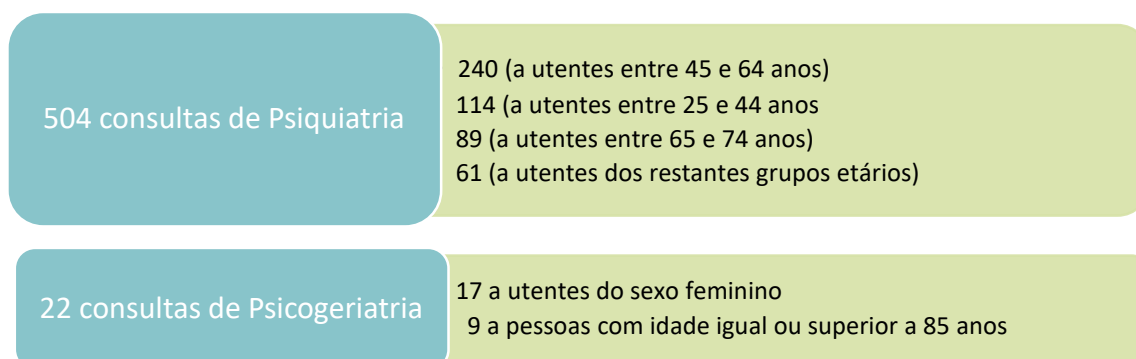
Comparativamente com os utentes inscritos na ARS Centro, os utentes inscritos no ACeS Baixo Vouga apresentam-se em maior percentagem relativamente aos seguintes determinantes de saúde:



Perfil Local de Saúde 2017, ACeS Baixo Vouga

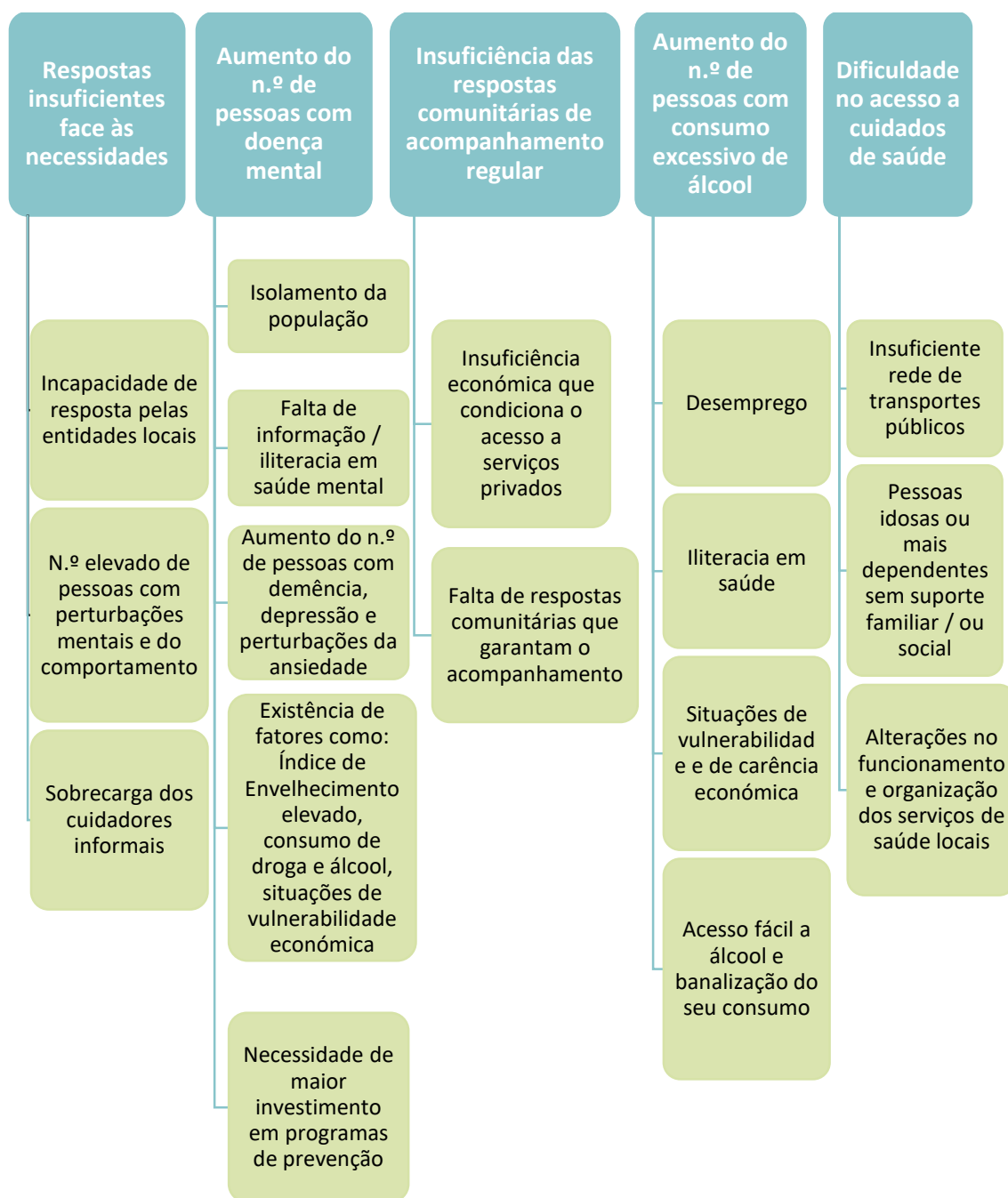
Desde o ano de 2011, que relativamente à área da Saúde Mental, o número de óbitos por transtornos mentais e comportamentais tem vindo a aumentar na população residente no concelho.

Em 2018, foram realizadas as seguintes consultas a utentes residentes em Estarreja:



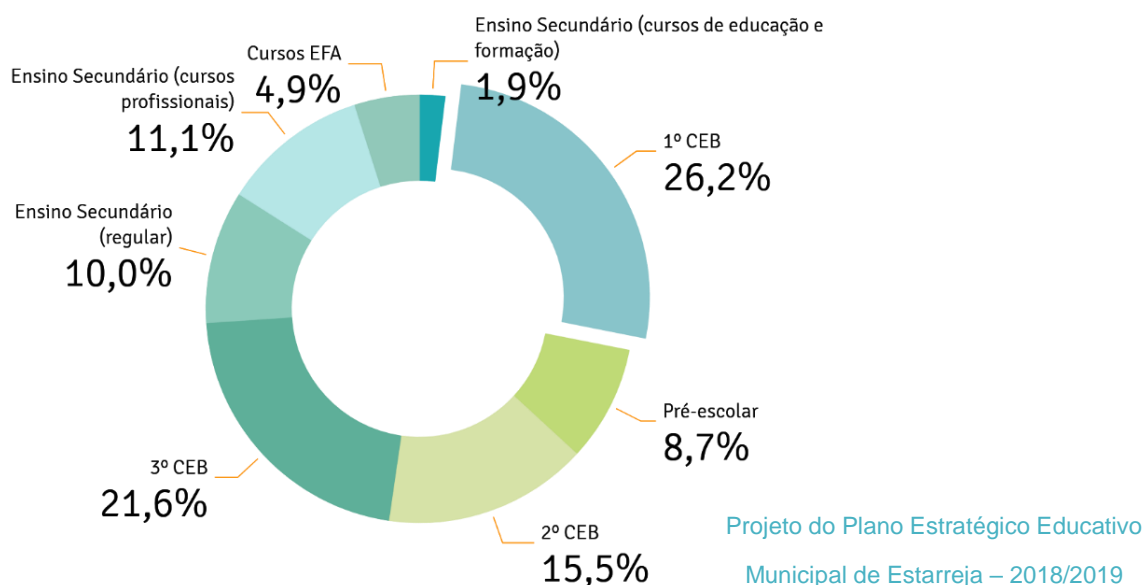
CHBV, Serviço Social do DPSM

Problemas e necessidades identificadas no âmbito da área “Saúde” e respetivos indicadores associados:

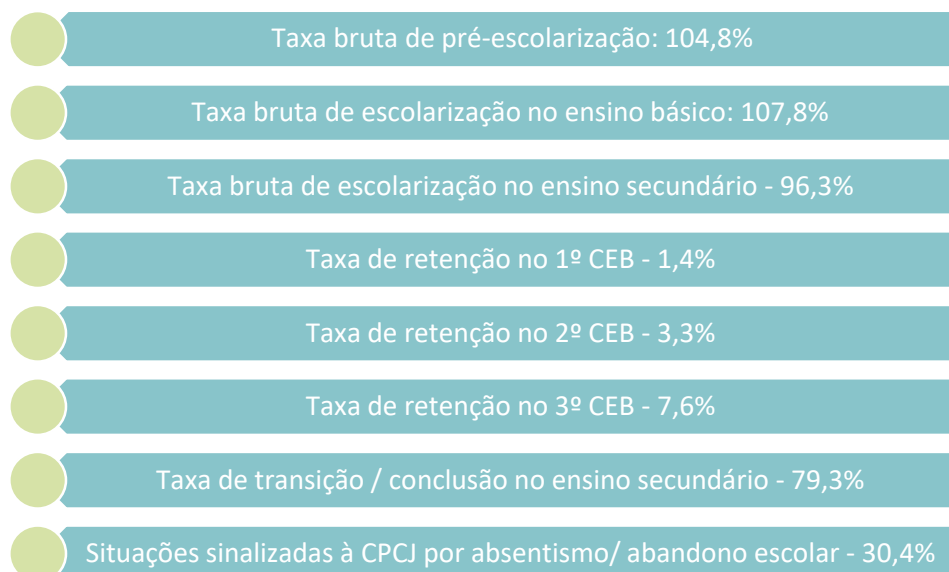


1.3 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

No ano letivo 2018/2019 a Rede Escolar Pública respondeu a 3.296 alunos, distribuídos pelos seguintes níveis de ensino:

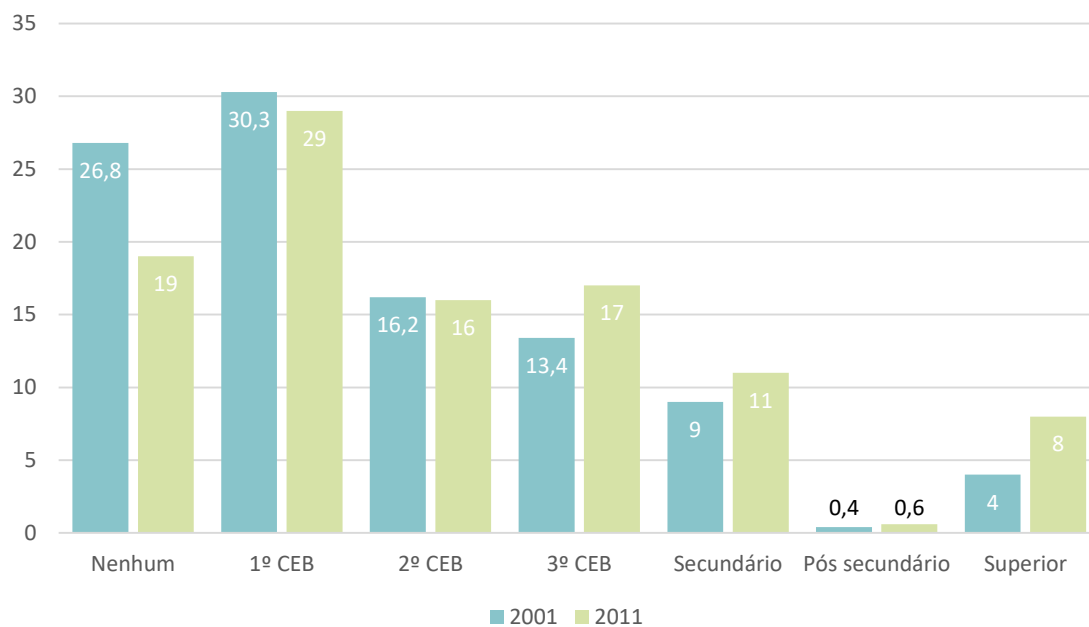


No ano 2017, Estarreja registou taxas brutas de pré-escolarização e escolarização elevadas, no entanto, as taxas de retenção e desistência no Ensino Básico apresentam valores significativos e com tendência a aumentar ao longo dos três ciclos. A taxa de alunos que transitam ou concluem o ensino secundário é a mais baixa comparativamente com a Região de Aveiro:



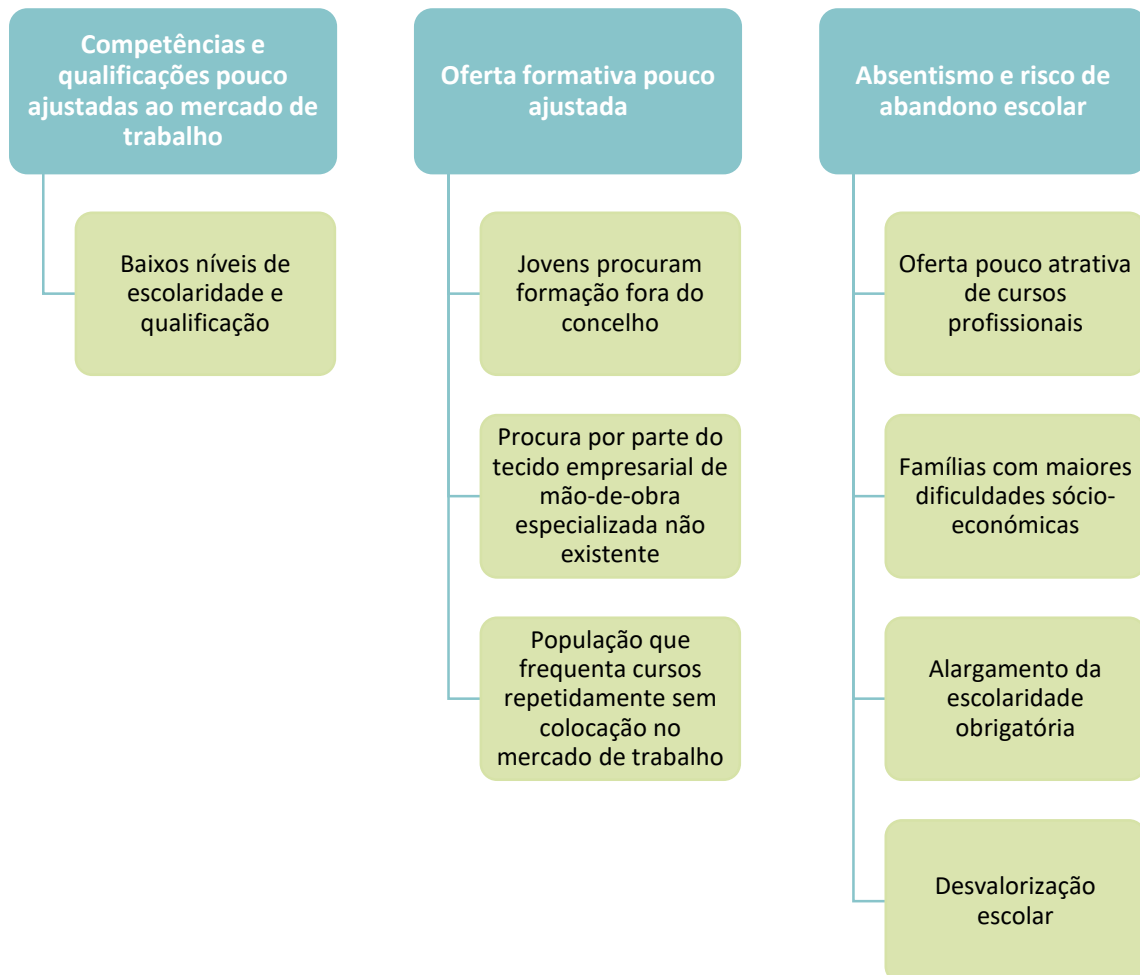
Anuário Estatístico da Região Centro 2017

Apesar de se verificar um aumento do nível de escolaridade da população residente no concelho (entre 2001 e 2011), ainda é significativa a percentagem de população sem qualquer nível de escolarização concluído ou com o 1º CEB.



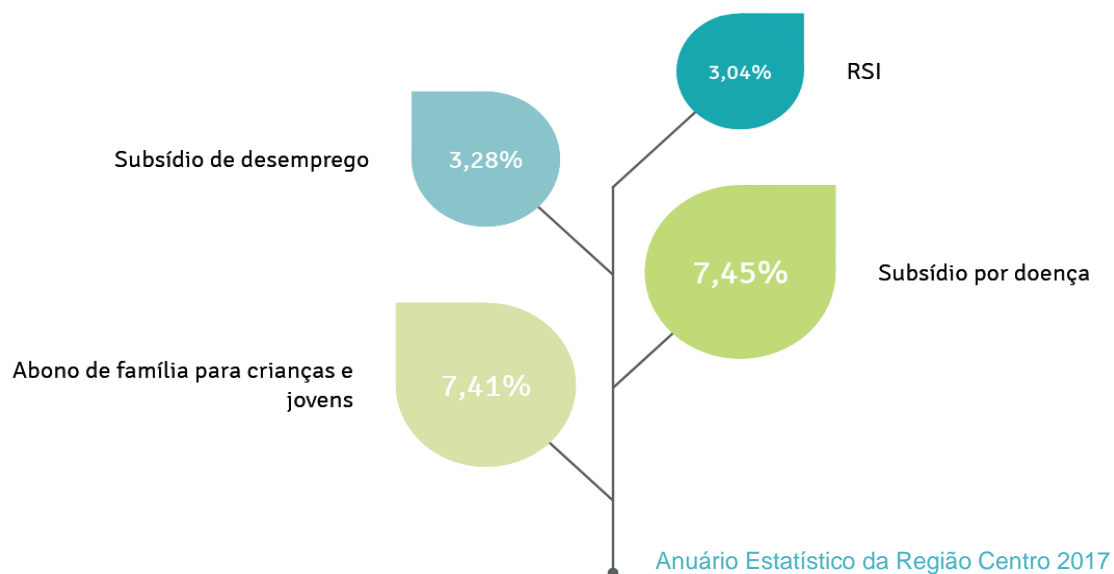
INE, Censos 2001 e 2011

Problemas e necessidades identificadas no âmbito da área “Educação, Formação e Qualificação Profissional” e respetivos indicadores associados:



1.4 AÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E COMUNIDADE

No âmbito da proteção social, Estarreja caracteriza-se por ser o quinto concelho da Região de Aveiro com maior número de beneficiários de subsídio de desemprego (a maioria dos quais com idade superior a 40 anos), de subsídio de doença e de abono de família para crianças e jovens.

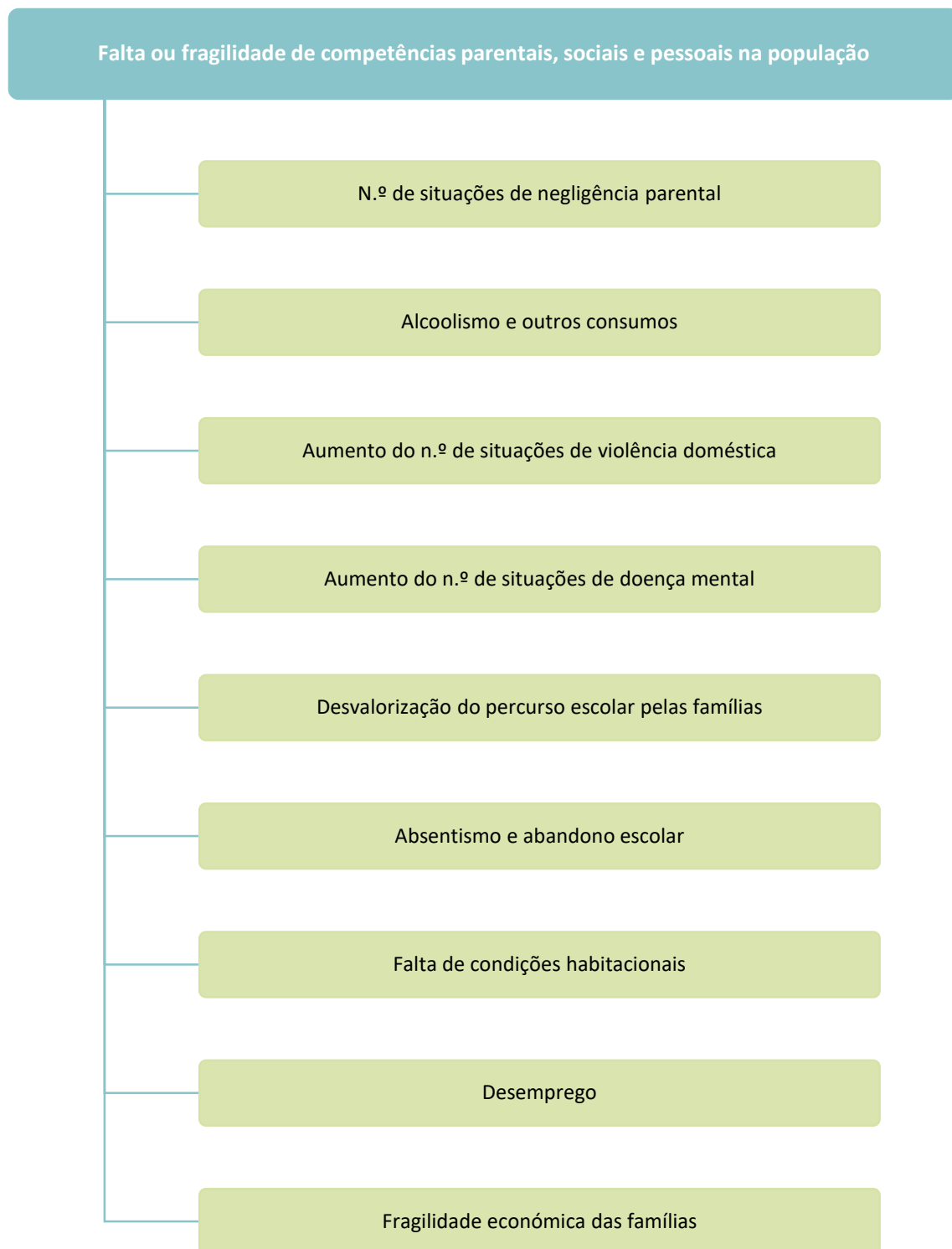


O concelho é também o quarto da Região com maior número de beneficiários de RSI (47,9% dos quais com idade inferior a 25 anos).

Os problemas e necessidades identificados nesta área centram-se maioritariamente na fragilidade das competências parentais, sociais e pessoais das famílias. Esta questão poderá estar associada a muitas variáveis sendo que, no concelho de Estarreja:

- As situações sinalizadas à CPCJ por negligência têm vindo a aumentar deste 2015 e são a terceira causa mais prevalente em 2017
- Existe a perceção de um aumento de psicopatologia
- A taxa de consumo de álcool é significativa
- As sinalizações à CPCJ por exposição a situações de violência doméstica representam 23,20% do volume processual (terceira causa mais prevalente em 2017)
- Em 2011, 13% dos núcleos familiares eram monoparentais

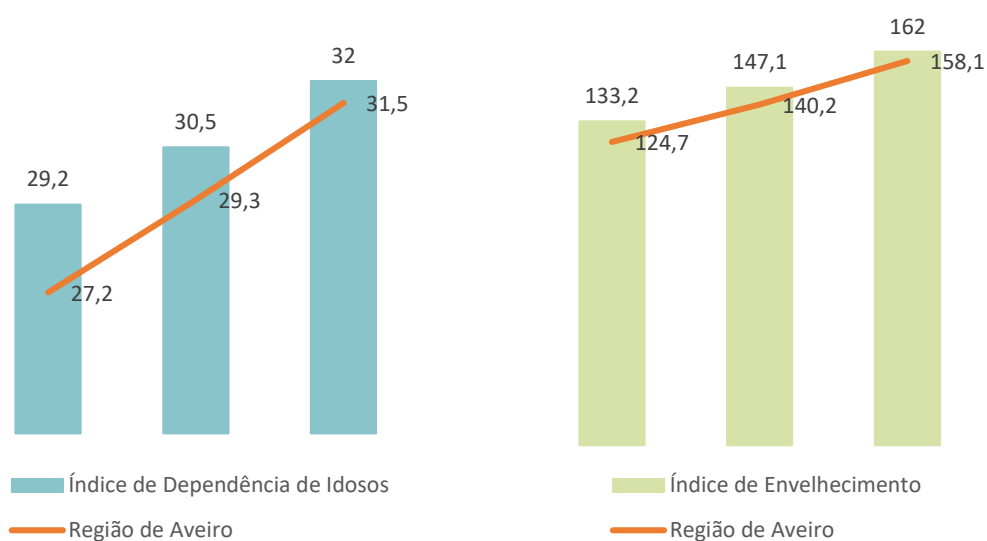
Problemas e necessidades identificadas no âmbito da área “Ação Social, Família e Comunidade” e respetivos indicadores associados:



1.5 PESSOAS IDOSAS

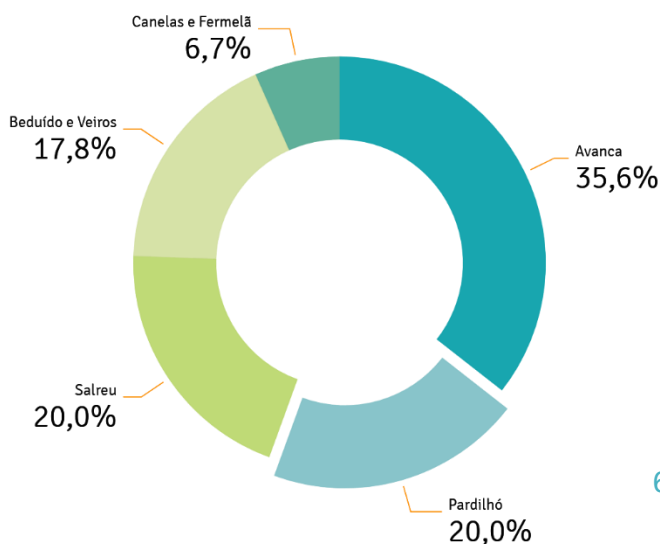
A população idosa tem vindo a aumentar em todas as freguesias do concelho de Estarreja. Estima-se que no ano 2017 residissem no concelho 5.540 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Também os Índices de Envelhecimento e Dependência de Idosos têm vindo a aumentar e são superiores aos registados na Região de Aveiro.



PORDATA

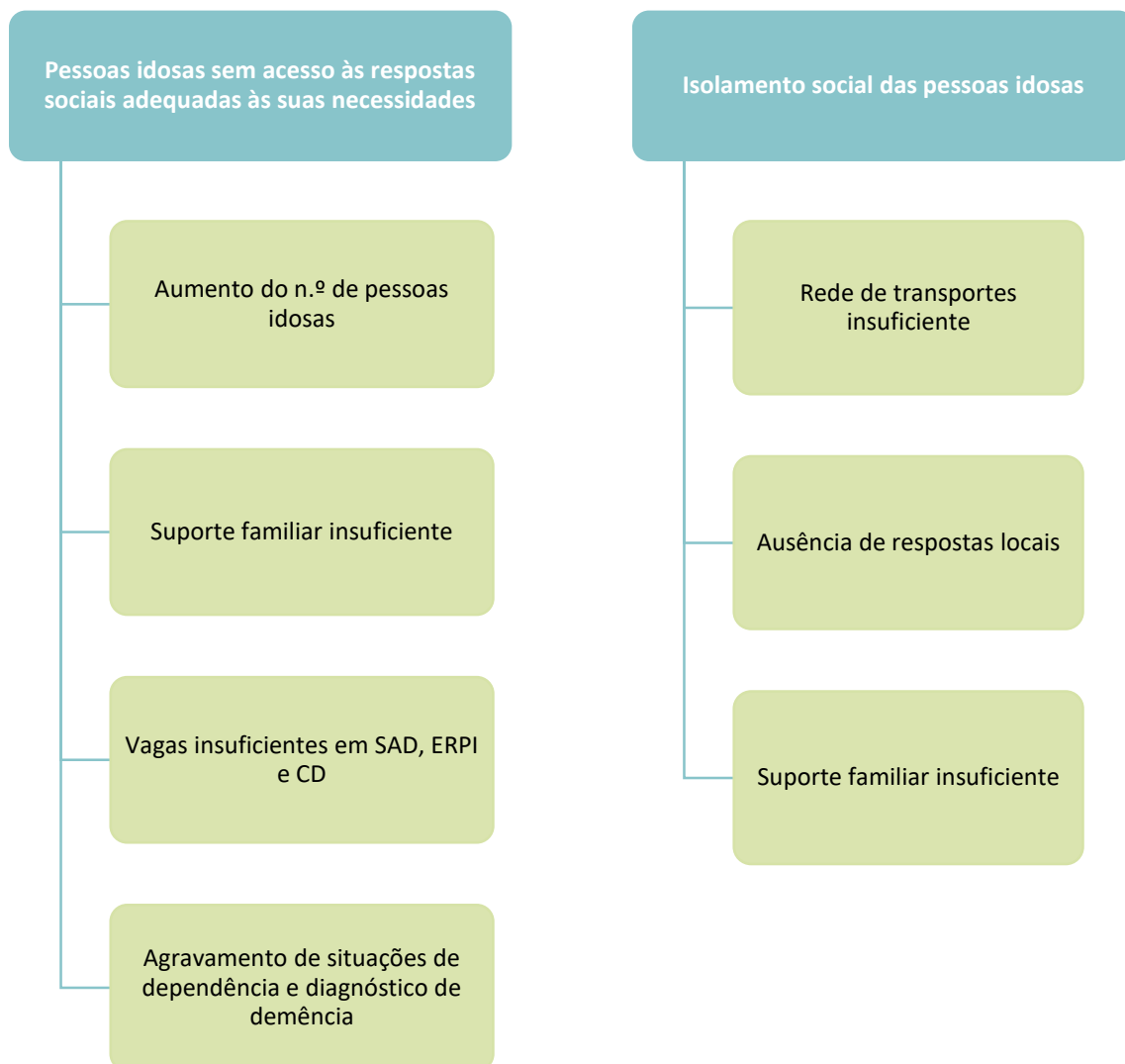
Em Março de 2019, encontravam-se a residir sozinhos e/ou em situação de isolamento geográfico 45 pessoas idosas, a maioria das quais do sexo feminino, nas seguintes freguesias (GNR):



17.9%

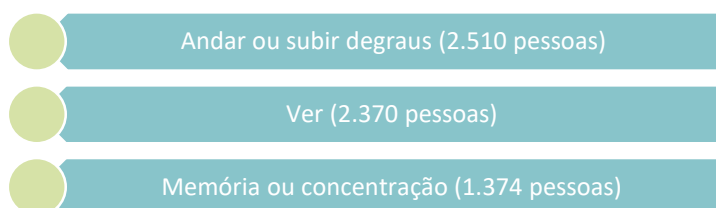
% de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos que vivem sozinhos (INE, Censos 2011)

Problemas e necessidades identificadas no âmbito da área “Pessoas Idosas” e respetivos indicadores associados:



1.6 POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA E/ OU INCAPACIDADE

No ano 2011, aproximadamente 5.000 residentes no concelho de Estarreja referiram ter pelo menos uma dificuldade. As dificuldades reportadas em maior número pelos residentes foram:

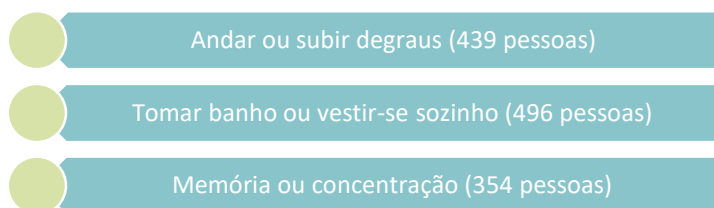


INE, Censos 2011



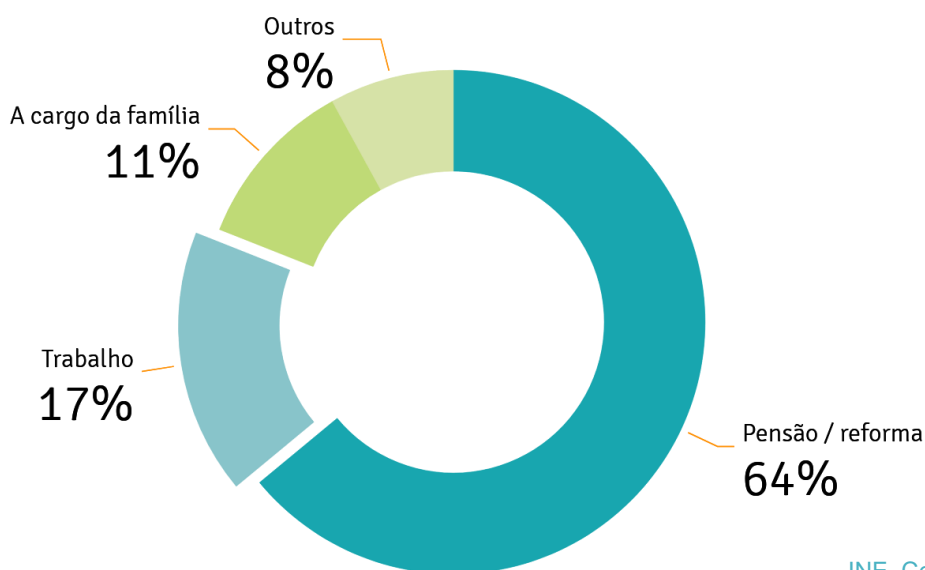
% de pessoas com pelo menos uma incapacidade no total da população residente em Estarreja (INE, Censos 2011)

As atividades que foram identificadas em maior número como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportaram foram:



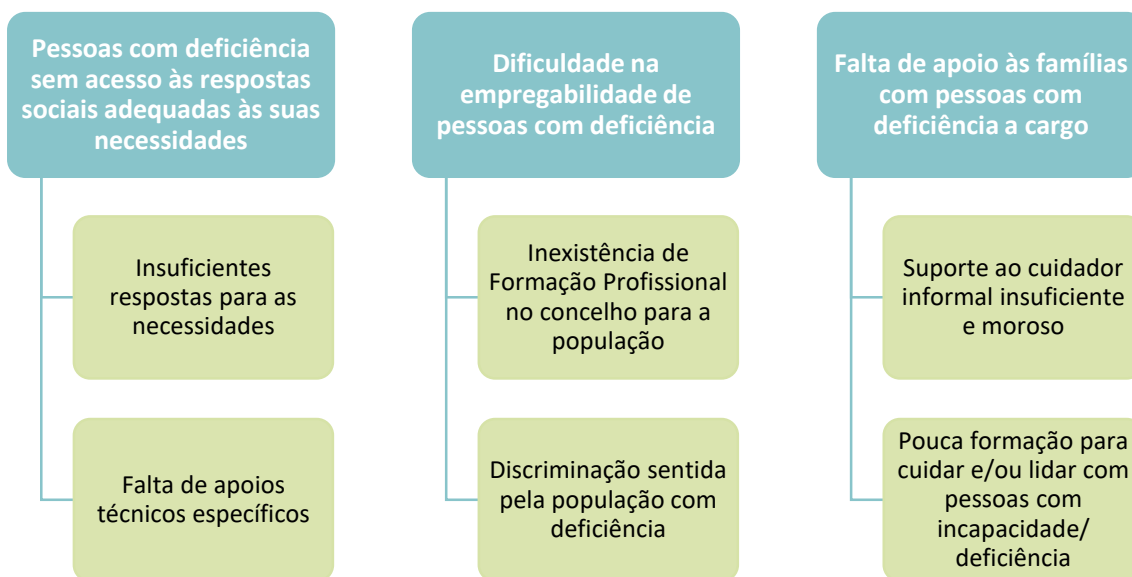
INE, Censos 2011

Principal meio de vida das pessoas com incapacidade (no ano 2011):



INE, Censos 2011

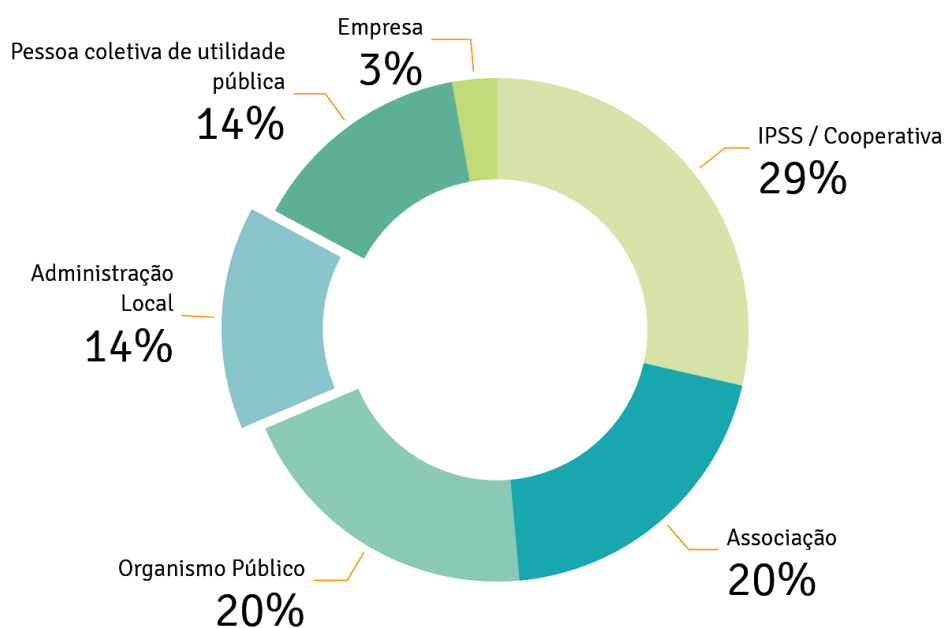
Problemas e necessidades identificadas no âmbito da área “População com Deficiência e/ou Incapacidade” e respetivos indicadores associados:



2. REDE SOCIAL DE ESTARREJA

A Rede Social de Estarreja é composta por 36 entidades, de diferentes naturezas jurídicas e âmbitos de atuação. Seguidamente, apresenta-se uma caracterização sumária da sua composição.

Relativamente à natureza jurídica das entidades, verifica-se uma predominância das Instituições Particulares de Solidariedade Social (onde se inclui também uma Cooperativa), representando 29% dos parceiros da Rede Social. As Associações e os Organismos Públicos também assumem maior destaque na Rede, com 20% de representatividade entre os parceiros.



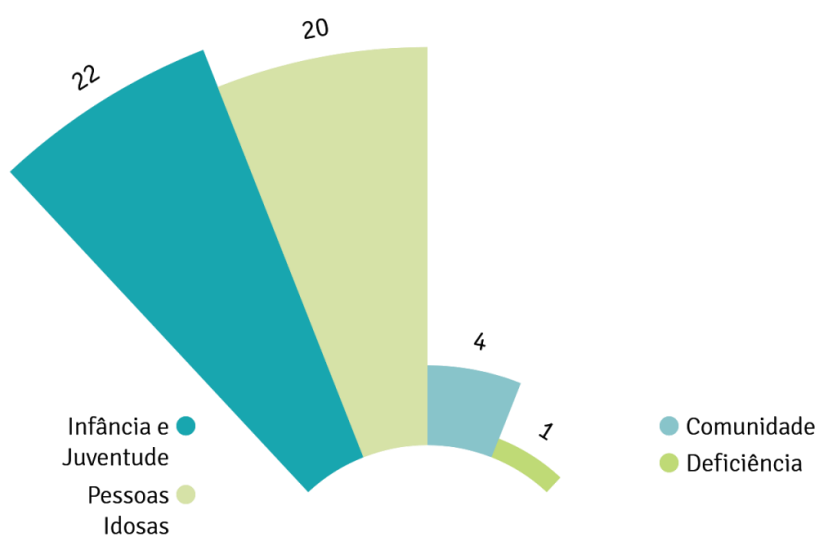
Devido ao facto de as entidades parceiras da Rede Social atuarem em diferentes âmbitos territoriais (freguesia, concelho ou mesmo distrito e região), a sua caracterização foi realizada através da localização da sua sede institucional. Assim sendo, é na União de freguesias de Beduído e Veiros que se encontra sediado o maior número de entidades e na União de freguesias de Canelas e Fermelã que se encontra o menor número, o que se explica pela dimensão das freguesias. Destaca-se ainda

que 6 entidades parceiras da Rede Social têm sede em outros concelhos do Distrito de Aveiro e 1 entidade em Coimbra.



Com o intuito de caracterizar as respostas existentes no concelho, foram contabilizadas não só as entidades parceiras da Rede Social, como também todas as que intervêm na área social. Assim sendo, foram tidas em consideração todas as respostas com acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP, na área da Infância e Juventude, Pessoas Idosas, Deficiência e Comunidade.

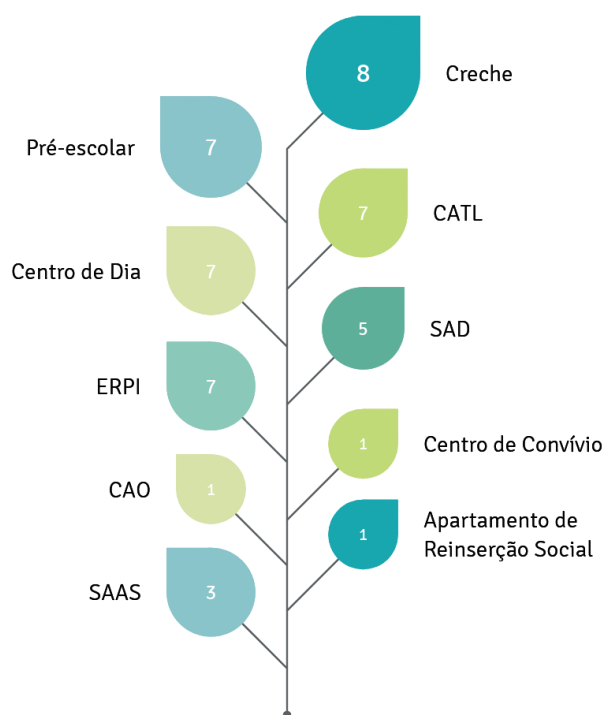
A área da Infância e Juventude é a que concentra maior número de acordos para as respostas sociais, seguida da área das Pessoas Idosas.



O número de acordos existentes para as respostas sociais na área da Infância e Juventude é superior em Creche.

Na área das Pessoas Idosas, as respostas de Centro de Dia e ERPI são as que apresentam maior número de acordos com o ISS, IP.

Entre as outras respostas para a Comunidade, destacam-se o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, com 3 acordos e 1 acordo para a resposta Apartamento de Reinserção Social.



3. PROCESSO METODOLÓGICO DE CONSTRUÇÃO DO PDS

A metodologia utilizada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Estarreja foi concebida e executada, à semelhança da utilizada para a realização do Diagnóstico Social, tendo por base dois tipos de informação distinta e complementar entre si – as perceções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social e a informação que consta em planos de incidência territorial.

É já reconhecido, no âmbito do trabalho em parceria desenvolvido no concelho de Estarreja, que é através de processos de articulação e partilha entre as entidades e os atores que intervêm no âmbito social, que melhor se identificam as necessidades e dimensões dos problemas sociais existentes no território, como também se equacionam as soluções que melhor poderão responder aos mesmos.

Assim, o processo de construção do PDS incidiu numa dinâmica de participação com as várias estruturas organizativas que integram a Rede Social. Foram desenvolvidos 3 *workshops* de planeamento de âmbito concelhio e temático, um primeiro com representantes das Juntas de Freguesia e Movimento Associativo e dois *workshops* decorrentes das temáticas abordadas em sede de Diagnóstico Social (Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade e Saúde; Habitação, Educação, Formação e Qualificação Profissional e Ação Social, Família e Comunidade).

Tendo como ponto de partida as áreas identificadas no DS como prioridades de intervenção e os problemas/necessidades associados às mesmas, foram elaborados objetivos que se encontram subjacentes às soluções propostas, tendo sido estas operacionalizadas através da definição de medidas/ ações prioritárias. Também foi reforçada a dimensão estratégica do PDS, tendo sido enumerado para cada objetivo e/ou ação prioritária os recursos e as entidades envolvidas para a sua execução, bem como a forma de os alcançar (estratégias), contemplando inclusive os fatores que podem ser facilitadores (potencialidades) ou limitadores (ameaças) do seu sucesso.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS 2019-2023

4.1 EIXO 1 – REDE SOCIAL

O Programa da Rede Social, decorrente da Resolução do Concelho de Ministros nº197/97, parte de uma perspetiva territorializada da intervenção, defendendo que a resolução dos problemas deve ser primeiramente em contexto local. Para tal devem encontrar-se respostas, que de forma integrada e ajustada às necessidades e aos problemas envolvam todas as entidades que atuam na comunidade e possam responder aos problemas e necessidades sentidas, a “resolução dos problemas também deverá passar pela racionalização das respostas existentes localmente e pela articulação das diferentes formas de intervenção social em cada território”, sendo por isso determinante o trabalho em rede e parceria.

É neste sentido que surge o primeiro eixo estratégico do Plano de Desenvolvimento Social, a **Rede Social**. Este eixo tem como finalidade reforçar a dinâmica e comunicação entre parceiros da Rede Social de Estarreja, por forma a melhorar e potenciar o seu funcionamento, trabalho desenvolvido e comunicação.

Para que a intervenção social desenvolvida no concelho seja mais eficaz e articulada, rentabilizando recursos e potencializando mudanças é necessário dinamizar e potenciar o próprio funcionamento da Rede Social, bem como promover uma maior articulação e comunicação entre os diferentes atores sociais.

A promoção de grupos de trabalho temáticos dentro da Rede; a dinamização de momentos de reflexão, formação e inter-visão por área técnica de formação e, a qualificação dos técnicos e partilha de planos de formação em áreas chave como o planeamento e avaliação, surgem como objetivos que irão permitir dinamizar e potenciar o funcionamento da Rede.

Já ao nível da articulação e comunicação entre os diferentes atores da Rede Social, surgem como objetivos a melhoria dos canais de comunicação entre instituições, a promoção da partilha de boas práticas e respostas sociais inovadoras, bem como a constituição e dinamização em todas as freguesias e Uniões de freguesia das Comissões Sociais de Freguesia.

Desta forma acredita-se que, com uma maior proximidade e regularidade de encontros e partilhas é possível reforçar a dinâmica e comunicação da Rede Social.

4.2 EIXO 2 – SAÚDE

O eixo 2 do presente PDS decorre diretamente de uma das áreas prioritárias definidas no Diagnóstico Social, a **Saúde**. No DS encontram-se identificadas 3 sub-áreas ao nível da Saúde: saúde mental, acessibilidade aos serviços de saúde e consumos/dependências.

Na área da saúde mental existem, ao nível nacional e regional, Planos para a Saúde Mental desenvolvidos pela DGS e ARS Centro, respetivamente. A própria estratégia regional de saúde para 2018-2020 contempla a saúde mental como área prioritária de intervenção, o que reforça como esta é uma área de intervenção urgente e com *deficits* nacionais, regionais e locais.

Ao nível do concelho de Estarreja pretende-se promover a qualidade de vida das pessoas com problemáticas de saúde mental atuando para isso a vários níveis:

- Melhorar o conhecimento sobre a realidade do território na área da saúde mental: identificando as pessoas com problemas ao nível da saúde mental e suas necessidades;
- Facilitar e reforçar o acesso a serviços de saúde mental adequados às necessidades da população: promovendo o acesso aos cuidados de saúde mental e aumentando a capacidade e diversidade de serviços existentes;
- Qualificar os cuidadores formais e informais: dinamizando ações de formação e garantindo o apoio necessário para a sua frequência.

Já ao nível dos consumos e adições, verifica-se também a existência de Planos nacional e regional: o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e o Plano Regional de Saúde (com referencia sobretudo ao consumo de álcool). A existência destes planos, em âmbitos geográficos distintos, evidencia novamente a necessidade de intervenção a este nível.

Neste sentido pretende-se diminuir as situações de comportamentos aditivos, desenvolvendo para tal ações preventivas em contexto escolar e comunitário; promovendo um maior acesso a cuidados de saúde para a desabitação, assim como prestando apoio às redes de suporte social e familiar de pessoas com comportamentos aditivos.

A melhoria do acesso a cuidados de saúde, de uma forma global, mas também ao nível das dependências e da saúde mental, incide na criação de condições para que os serviços possam ser prestados em área geográfica mais próxima da população,

bem como reforçar a comunicação e informação sobre os serviços existentes e disponíveis para a população, nestas e em outras áreas da saúde.

4.3 EIXO 3 – HABITAÇÃO

O Eixo 3 do PDS de Estarreja, coloca a Habitação como eixo de intervenção prioritário, decorrente do Diagnóstico Social.

Estarreja, ao nível da habitação tem, de acordo com o Diagnóstico Social, dois grandes constrangimentos / dificuldades: o acesso a habitação (social, a custos controlados, para aquisição ou arrendamento) e a falta de ordenamento urbano e habitacional.

É neste contexto que é propósito da Rede Social promover o acesso à habitação condigna para a população. Desta forma propõe-se a:

- Apoiar a criação, revisão e implementação de políticas locais de habitação adequada às características do território e da população;
- Dinamizar a reabilitação do edificado.

Com a atuação na reabilitação do edificado é possível colocar disponíveis no mercado ou em contexto de arrendamento habitações para residência, permitindo desta forma fixar população, bem como disponibilizar habitações condignas.

Esta atuação permitirá uma resposta mais célere do que as que irão resultar da criação, revisão e implementação de políticas locais de habitação, como a revisão do PDM ou a elaboração da Estratégia Local da Habitação, que sendo efetuadas serão mais morosas mas essenciais para a resolução dos constrangimentos identificados ao nível da habitação no concelho.

4.4 EIXO 4 – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Ao nível do Eixo 4 – Educação, formação e qualificação profissional, são identificadas no Diagnóstico Social, duas sub-áreas de intervenção: atuar sobre o absentismo e abandono escolar e promover as competências e qualificações da população.

Estas sub-áreas, necessitam de uma atuação concertada e articulada entre os vários atores da comunidade por forma a aumentar o potencial de empregabilidade da

população jovem do concelho. Para tal, foram definidas como estratégias para esta área:

- Aumentar o nº de pessoas com qualificações adequadas às necessidades do mercado;
- Combater o abandono e insucesso escolar.

Acreditando-se numa ação recíproca destas duas estratégias, pretende-se definir um Plano de formação concelhio, onde a oferta formativa se encontre adequada às necessidades do mercado de trabalho; se consiga sensibilizar os jovens e as suas famílias para a importância da qualificação profissional, atuando em conjunto com o tecido empresarial e agrupamentos escolares e garantir o acompanhamento a jovens no âmbito da construção do seu projeto de vida, através da criação do Gabinete do Adolescente.

A existência de oferta formativa com elevado índice de empregabilidade no território e com uma componente prática de experimentação, levará a uma maior fixação da população no território, mas será também mais atrativa para a população jovem, acreditando-se por isso que também possa contribuir para a diminuição do absentismo e abandono escolar.

Este aumento da qualificação da população influenciará outros setores da dinâmica social e territorial do concelho, como a habitação, dinamização do sector industrial e demografia.

4.5 EIXO 5 – AÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E COMUNIDADE

O Eixo 5 – Ação Social, Família e Comunidade decorre, maioritariamente, de uma necessidade identificada em sede de Diagnóstico Social ao nível da fragilidade das competências parentais, sociais e pessoais observadas na população residente no concelho de Estarreja.

A estratégia delineada no presente PDS incide na concertação da intervenção ao nível da promoção dos Direitos da Criança e do combate à violência doméstica e de género, bem como, pretende não só melhorar os níveis de competências parentais dos encarregados de educação como também garantir o acesso a respostas sociais adequadas às necessidades dos jovens em situação de risco.

Desta forma, será crucial a definição de uma estratégia de prevenção e intervenção concelhia no âmbito da violência doméstica e de género e na promoção e proteção

dos Direitos da Criança e do Jovem, a qual se irá materializar na elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Jovem e do Plano Municipal para a Igualdade de Género.

Com o objetivo de melhorar os níveis de competências parentais, pretende-se aumentar a participação dos educadores em ações que promovam o seu desenvolvimento, bem como desenvolver novas tipologias de resposta que permitam uma intervenção multidisciplinar e de proximidade com crianças, jovens e suas famílias, como por exemplo, o CAFAP.

A possível abertura de um Programa PARES irá permitir o desenvolvimento de novas tipologias de respostas que visam a autonomização de jovens em situação de risco, nomeadamente de “Apartamentos de Autonomização”.

4.6 EIXO 6 – INTERVENÇÃO EM GRUPOS DE MAIOR VULNERABILIDADE

O Eixo 6 centra-se na intervenção em grupos de maior vulnerabilidade: as pessoas idosas e a população com deficiência e/ou incapacidade.

Os problemas e necessidades identificados na área das pessoas idosas, centram-se maioritariamente na falta de respostas adequadas às necessidades da população idosa, bem como no isolamento social e geográfico das mesmas. Desta forma, a estratégia definida no PDS incide sobre garantir o acesso a respostas adequadas às necessidades das pessoas idosas, quer ao nível das estruturas existentes quer ao nível do apoio e capacitação dos cuidadores formais e informais.

No âmbito da prevenção e combate a situações de isolamento social e geográfico, prevê-se, numa primeira fase, diagnosticar a realidade relativa a esta problemática, garantir a acessibilidade e mobilidade das pessoas idosas no concelho, bem como, promover o envelhecimento ativo, mediante ações de participação ativa na comunidade.

Relativamente à população com deficiência e/ou incapacidade, foram identificados em sede de Diagnóstico Social, dificuldades no âmbito do acesso a respostas sociais adequadas às suas necessidades, no âmbito do acesso ao emprego e no suporte aos seus cuidadores informais.

Desta forma, enquanto estratégia, prevê-se melhorar e diversificar as respostas de proteção social a pessoas com deficiência/ incapacidade, através do reforço da rede de equipamentos e de ações de apoio a cuidadores informais. No âmbito da

empregabilidade, prevê-se promover a participação deste grupo no mercado de trabalho, nomeadamente através da sensibilização das entidades empregadoras.



MATRIZES RESUMO DE PLANEAMENTO

Eixo 1 – Rede Social

Área Temática: Funcionamento e comunicação da Rede Social

Finalidade: Reforçar a dinâmica e comunicação entre parceiros da Rede Social de Estarreja

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização ³
Dinamizar e potenciar o funcionamento da Rede social	Promover grupos de trabalho de diferentes áreas temáticas	Criar grupos de trabalho, nomeadamente nas áreas: saúde mental; pessoas idosas; ação social, família e comunidade;	Rede Social/Parceiros; Município; Núcleo Executivo	
	Qualificar a Rede social	Construir e partilhar um plano de formação/ qualificação de acordo com os eixos estratégicos do PDS para técnicos das instituições parceiras da Rede	Núcleo executivo da rede/Grupos de trabalho temático	
		Promover momentos de reflexão, formação e intervisão por área técnica (exemplo: Assistentes Sociais, Psicólogos, Assistentes Operacionais, Educadores, etc.)	Rede Social/Parceiros; IPSS; Agrupamento de Escolas	

³ A calendarização das medidas definidas no PDS será definida pelo Núcleo Executivo do CLAS de Estarreja e respectivas entidades parceiras responsáveis pela realização das mesmas

Promover uma maior articulação e comunicação entre os diferentes atores da Rede Social	Promover a partilha de boas práticas e da inovação nas respostas e atividades a realizar de âmbito social	Implementar uma newsletter semestral com divulgação de atividades realizadas e calendarização de novas a realizar, partilha de boas práticas, entre outros tópicos	Núcleo executivo da rede; Rede Social/Parceiros; Município	
	Promover em todas as freguesias e Uniões de freguesias o funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia	Criação das CSF de Canelas e Fermelã; Salreu; Beduido e Veiros	Juntas de Freguesias; Rede Social/Parceiros; Município	
		Reforço da dinamização das CSF existentes	Juntas de Freguesias; Município	

Eixo 2 - Saúde

Área Temática: Consumos e adições

Finalidade: Diminuição situações de comportamentos aditivos

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Prevenir e combater situações de dependência	Promover um maior acesso a cuidados de saúde no âmbito dos consumos	Promover a abertura de consulta na UCC de desabituação tabágica e alcoólica	Unidades Saúde (Saúde); Município	
	Promover a intervenção preventiva em comportamentos aditivos no contexto escolar e comunitário	Realizar ações de formação e informação no âmbito da prevenção na área dos consumos (tabaco, álcool, drogas) para toda a comunidade escolar	Agrupamentos escolares Unidades de Saúde (Saúde)	
Fortalecimento das redes de suporte formal e informal	Apoiar as redes de suporte informal da população com adição	Promover grupos de apoio às famílias	CLDS 4G Unidades de Saúde (Saúde)	

Área Temática: Saúde Mental

Finalidade: Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com problemáticas de saúde mental

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Facilitar e reforçar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade e adequados às necessidades da população	Promover o acesso a cuidados de saúde mental adequados	Divulgar na comunidade as respostas existentes no âmbito da promoção da saúde e da prevenção da doença mental	UCC-Nós; Departamento saúde mental CHBV	
	Aumentar a diversidade e a oferta de serviços disponíveis	Advocacia para a abertura de consulta de Psicologia junto do ACES e da ARSCentro	Saúde; Município	
		Desenvolver novas tipologias de respostas como o fórum sócio-ocupacional para pessoas com doença mental (pop. adulta)	Departamento saúde mental CHBV; Segurança Social; IPSS; Município	
	Dinamizar e reforçar os canais de comunicação entre as entidades prestadoras de serviços e entre estas e os seus utilizadores	Melhorar e reforçar os canais de comunicação, informação e divulgação para com entidades parceiras, rede e comunidade	Saúde; Município	
		Promover e implementar grupo de trabalho temático ao nível da saúde mental	Saúde; Segurança Social; IPSS; Município	
Qualificar os cuidadores formais e informais de pessoas com doença mental	Promover e garantir o acesso a formação contínua aos cuidadores de pessoas com	Dinamizar acções de formação e informação ao cuidador formal e informal (Saúde Mental)	Saúde; IPSS; Município	

	doença mental			
Melhorar o conhecimento sobre a realidade do território na área da doença mental	Identificar as necessidades existentes na população com doença mental	Realizar um mapeamento das situações existentes com doença mental	Grupo de trabalho temático	
		Promover acções que permitam uma melhor caracterização da realidade	Grupo de trabalho temático	

Eixo 3 - Habitação

Finalidade: Promover o acesso à habitação condigna

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Criação, revisão e implementação de políticas locais de habitação, adequadas às características do território e da população	Construir e implementar uma estratégia de planeamento ao nível da habitação e ordenamento do território que responda às necessidades da população	Elaborar a Estratégia Local da Habitação	Município; Juntas de Freguesia	
		Revisão do PDM	Município; Diversas entidades externas	
	Promover o acesso à informação sobre direitos e apoios existentes ao nível da habitação	Reforçar a divulgação e informação dos apoios existentes ao nível da habitação (arrendamento, manutenção do edificado)	Município	
Dinamizar a reabilitação do edificado	Melhorar as condições de habitabilidade das habitações degradadas no concelho	Levantamento das habitações com necessidade de intervenção para melhoria das condições habitacionais	Juntas de Freguesia	
		Reforçar o apoio da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia à conservação do edificado e melhoria das suas condições habitacionais	Município; Juntas de Freguesia	

Eixo 4 - Educação, formação e qualificação profissional

Finalidade: Aumentar o potencial de empregabilidade da população jovem do concelho

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Aumentar o n.º de pessoas com qualificações adequadas às necessidades do mercado	Definir um “plano de formação concelhio” ajustado às necessidades do mercado de trabalho	Promover encontros entre empresas, agrupamentos de escolas e Câmara Municipal, para definir a oferta formativa no concelho	Conselho Municipal da Educação	
		Promover e reforçar a concertação da oferta formativa interconcelhia por forma a garantir a sua adequação às necessidades do mercado de trabalho e de acordo com os interesses dos jovens/ população em idade ativa	Conselho Municipal da Educação; CIRA	
	Sensibilizar os jovens e suas famílias para a importância da qualificação e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho	Envolver o tecido empresarial em ações de sensibilização e na formação dos jovens	Município; SEMA; Agrupamento de escolas	
		Reforçar e melhorar a comunicação da oferta formativa e apoios existentes para jovens e suas famílias	Agrupamentos de escolas; Grupo de trabalho temático	
Combater o abandono e o insucesso escolar	Garantir o acompanhamento a jovens no âmbito da construção do seu projeto de vida	Criação de um Gabinete do Adolescente	Município; CPCJ; Agrupamento de escolas; Saúde	

Eixo 5 - Ação Social, Família e Comunidade

Finalidade: Garantir a promoção dos Direitos das Crianças e o combate à violência doméstica e de género através de de uma intervenção concertada

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Melhorar os níveis de competências parentais dos encarregados de educação e desempenho enquanto educadores	Aumentar a participação dos educadores em ações de desenvolvimento de competências	Desenvolver novas tipologias de respostas como por exemplo, o CAFAP	ASE/IPSS; Segurança Social	
		Promoção de ações de desenvolvimento das competências parentais e disseminação de boas práticas (ex.: Projeto “Entrelaçar Famílias”)	CLDS 4G	
Garantir o acesso a respostas sociais adequadas às necessidades dos jovens em situação de risco	Promover a autonomia de jovens em situação de risco	Desenvolver novas tipologias de respostas como por exemplo, Apartamento de Autonomização	CPAFP/IPSS; Segurança Social	
Promover uma intervenção concertada no âmbito da promoção dos Direitos da Criança e do Combate à violência doméstica e de género	Definir uma estratégia de intervenção concelhia no âmbito da violência doméstica e de género	Elaborar o Plano Municipal para a Igualdade de Género	Município; Tecido empresarial; IPSS	
	Definir uma estratégia de intervenção concelhia no âmbito da promoção dos Direitos da Criança	Desenvolvimento do Plano Local para a promoção dos Direitos da Criança	CPCJ	
		Apresentação de candidatura ao Programa “Cidade Amiga das Crianças” (UNICEF)	Município	

Eixo 6 – Intervenção em grupos de maior vulnerabilidade

Área Temática: População com deficiência e/ou incapacidade

Finalidade: Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com deficiência

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Melhorar e diversificar a proteção social às pessoas com deficiência através do reforço da rede de equipamentos e apoio aos cuidadores informais	Garantir o acesso a respostas adequadas às necessidades da população com deficiência e/ou incapacidade	Investir no alargamento da resposta CAO	CERCIESTA/IPSS; Segurança Social	
		Criação da resposta Lar Residencial	CERCIESTA/IPSS; Segurança Social	
	Promover o apoio e/ou suporte aos cuidadores informais ao nível psicológico, social e formativo	Reforço da rede para criação de vagas de descanso do cuidador	Segurança Social; CERCIESTA; Saúde	
		Dinamizar ações de formação e informação ao cuidador informal e formal		
Implementar gabinetes de psicologia de apoio aos cuidadores informais de pessoas com deficiência e/ou incapacidade				
Promover a autonomia e a vida independente das pessoas com deficiência	Promover a participação no mercado de trabalho	Desenvolver ações de sensibilização e informação junto das entidades parceiras e empresas para a integração da população com deficiência (por exemplo, sobre medidas de apoio ao emprego)	CERCIESTA; SEMA; IEFP	

Área Temática: Pessoas Idosas

Finalidade: Promover a qualidade de vida das pessoas idosas

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Garantir a existência de respostas adequadas às necessidades da população idosa	Adequar as respostas existentes às necessidades das pessoas idosas e dos seus cuidadores informais	Investir no alargamento de respostas sociais nomeadamente ERPI, CD e Apoio Domiciliário	Segurança Social; IPSS	
	Informar e capacitar os cuidadores informais e formais	Dinamizar ações de formação e informação ao cuidador informal e formais	IPSS; Saúde; Município	
Prevenir e combater situações de isolamento social e geográfico	Conhecer a realidade relativa ao isolamento social e geográfico de pessoas idosas	Realizar um mapeamento e diagnóstico de necessidades de idosos em situação de isolamento social e/ou geográfico	Município; A.H:B.V Estarreja; IPSS; Juntas de Freguesia; GNR	
	Melhorar a acessibilidade e a mobilidade no concelho	Desenvolver rede de transporte adaptado a pessoas idosas e/ou com incapacidade		
	Promover o convívio e partilha de informação sobre temas na área do envelhecimento ativo e saudável	Alargamento da iniciativa “Espaço Saúde” a outras Instituições do concelho	IPSS; Saúde	
	Estimular e incentivar a ocupação de tempos livres da população idosa mediante a valorização dos saberes	Recuperação de ofícios, com marca social, integrada em outras áreas de desenvolvimento (por exemplo, oficina de artes)	Município	

5. RECOMENDAÇÕES

O presente PDS reflete, entre outras linhas estratégicas para o concelho de Estarreja, uma visão integrativa e perspetiva uma intervenção concertada no âmbito da dimensão social. Dada a importância destacada pelos atores sociais relativamente à dimensão “comunicação e articulação em rede e na Rede Social”, reforça-se a necessidade que deverá ser tomada em consideração, de valorizar e fortalecer a articulação entre os parceiros, a qual será fundamental para a implementação das estratégias e medidas vertidas neste documento e crucial para o desenvolvimento social do concelho. Neste âmbito, recomenda-se a construção e implementação de ferramentas que poderão potenciar e facilitar a comunicação “em rede e na Rede”, nomeadamente, plataformas digitais para:

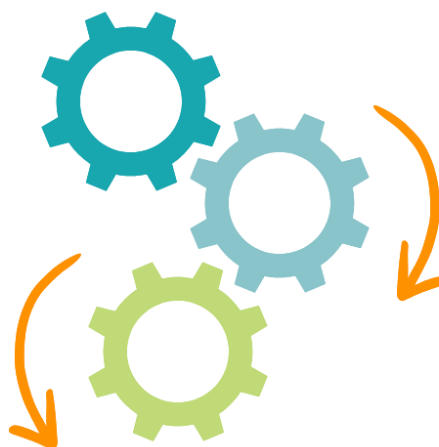


Do ponto de vista do planeamento, destaca-se como próximos passos, a realização de Planos de Ação, por Eixo estratégico, que permitam a operacionalização das estratégias e objetivos que constam no PDS, através da planificação de projetos (ou ações), com tempos de duração mais curtos e que impliquem o compromisso dos atores locais e Comissões Sociais de Freguesia. Ainda no âmbito do planeamento estratégico, é de extrema importância prever a monitorização dos referidos Planos de Ação e a avaliação do presente PDS. A questão da avaliação é essencial para monitorizar os níveis de concretização e deverá ser integrada como etapa deste processo de planeamento. Avaliar o processo permite-nos qualificar a intervenção, percebendo quais os reais impactos da implementação das ações para o desenvolvimento social concelhio, bem como,

identificar as principais dificuldades e boas práticas, possibilitando um reajustamento no processo e replicação no futuro.

Destacam-se assim, três recomendações para uma maior eficácia e eficiência do presente PDS:

- Comunicação em rede e na Rede Social
- Concretização de Planos de Ação
- Implementação de um sistema de monitorização e avaliação



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

Schiefer, U. et al. (2006). MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos. São João do Estoril: Principia.

Núcleo da Rede Social. Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

www.seg-social.pt/documents

<https://pns.dgs.pt/pns-revisao-e-extensao-a-2020/>

Imagens utilizadas: <https://unsplash.com>